

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O AVANÇO NEOLIBERAL NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: o [novo] ensino médio em questão

André Monteiro Moraes¹
Dante Henrique Moura²

RESUMO

O artigo discute a reforma do ensino médio no decorrer do século XXI, dando particularidade à materialização da Lei nº 13.415/2017. Trata, portanto, de uma pesquisa bibliográfica e documental em que na primeira parte são discutidos os dilemas do capitalismo frente ao acesso à política de educação no Brasil, no segundo momento as alterações curriculares para o ensino médio e, por fim, concluímos que as reformas, em especial a do novo ensino médio, têm fragmentado o ensino e a educação básica que, embora, coadunem com as alterações, desconsideram a agudização da educação ao alinharem suas demandas ao setor produtivo favorecendo um currículo mínimo incapaz de atender a diversidade, mas a produtividade para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Neoliberalismo 1; Ensino Médio 2. Reforma 3.

ABSTRACT

The article discusses the reform of secondary education in the course of the 21st century, giving particularity to the materialization of Law nº 13.415/2017. It is, therefore, a bibliographical and documental research in which, in the first part, the dilemmas of capitalism are discussed regarding access to education policy in Brazil, in the second part, the curricular changes for high school and, finally, we conclude that the reforms, especially that of the new secondary education, have fragmented teaching and basic education, which, although consistent with the changes, disregard the sharpening of education by aligning their demands with the productive sector, favoring a minimum curriculum incapable of meeting diversity, but productivity for the work market.

Keywords: Neoliberalism 1; High School 2. Reform 3.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa analisar as políticas educacionais desenvolvidas no âmbito da Educação Básica tendo como eixo central o Ensino Médio no cenário brasileiro. A

¹ Doutorando em Educação (UFRN), Bacharel e Mestre em Serviço Social (UEPB). E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidad Complutense de Madrid (UCM – Espanha), Graduação em Engenharia Elétrica (UFRN). Docente do Instituto Federal Rio Grande do Norte (IFRN) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRN). E-mail: dantemoura2014@gmail.com

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

discussão em questão parte das relações entre as políticas nacionais e agenda global do neoliberalismo para a educação mediante propostas de reordenamento de políticas públicas para formação básica. Neste contexto, há tentativa de resgate histórico das ações políticas, no século XXI, com intenção de problematizar as propostas de reformulação da última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio.

Buscamos, nesta pesquisa bibliográfica e documental, elementos que permitam compreender a necessidade de se instaurar reformas no ensino médio que, com frequência, é disparado, principalmente na mídia, a ideia de que a educação brasileira está em crise e o ensino médio precisa de uma “nova cara”.

Agarrados aos dispositivos legais que tratam das reformas educacionais no Brasil, atentamos que elas imprimem a contradição ética e política do capitalismo e revelam sua pior face à educação dependente. O novo ensino médio, materializado pela Lei nº 13.415/2017, apresenta uma linguagem idílica de qualidade de ensino para todos, de autonomia dos sujeitos envolvidos na formação e de currículo coeso com as necessidades educacionais, mas, nas condições atuais de contexto de precarização da educação pública o novo ensino médio tem tomado velhos ranços ideológicos e enaltecido os interesses do mercado de trabalho.

2 OS DILEMAS DO CAPITALISMO FRENTE AO ACESSO À POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Iniciamos nossas discussões com um debate caro e pertinente para compreender as determinações mais gerais no modo de produção capitalista, sem, contudo, deixar de situar nosso lastro histórico de abordagem, muito menos sem desmerecer a processualidade histórica que nos permite discutir a atualidade. Entretanto, por uma série de situações estéticas e pedagógicas achamos necessário partir da centralidade do capitalismo, que tem como característica principal a divisão social de classes.

É nessa determinação mais geral que aprofundaremos nosso debate, de maneira mais objetiva, no cerne da tradição marxista essas classes sociais são

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

àquela que detém os meios de produção e apropriação individual da riqueza, a buguesia e àquela que demarca a produção social de riquezas por meio da exploração de sua força de trabalho, o proletariado. Por isso, a base fundamental de formação, consolidação e continuidade do capitalismo é a divisão da sociedade em classes sociais distintas.

Dentre as particularidades sociais e históricas no interior do processo de acumulação do capital está a sua fase dos monopólios, que no debate marxista é considerado como o estágio mais avançado deste modo de produção (LÊNIN, 1917). Notadamente, o aspecto econômico é traço importante de se verificar, haja vista a tendência, do tempo histórico, de maior fusão entre as empresas em torno de conglomerados econômicos cada vez maiores, eis a ligação com o termo “monopólios”.

Essa nova fase do capitalismo está ligada à dinâmica societária de alterações no próprio processo produtivo através de seu desenvolvimento (por ocasião da segunda revolução tecnológica com a criação de máquinas elétricas, o uso do aço e petróleo como matéria-prima e a criação de motores.); na nova forma de produzir riquezas a partir de acordos em que tudo passa a ser planejado desde o controle de vendas; com prazos de pagamentos, aos mercados consumidores, relegando quanto se deve produzir e o valor de cada produto (LÊNIN, 1917).

Essas mudanças não só impulsionam maiores investimentos ao setor produtivo como acabam hipervalorizando as grandes empresas causando o afogamento das pequenas. Essas mesmas grandes empresas acabam produzindo em grande escala sob custo baixo com o incentivo tecnológico. São criadas condições favoráveis com a necessidade de junção do Estado com o capital financeiro para se cumprir as artimanhas de dominação da burguesia.

Para Mandel (1985) o Estado cumpre com as funções de criar condições de produção, as quais o setor privado não pode assegurar; reprimir as ameaças das classes dominadas, inclusive utilizando da coerção quando necessário; e integrar a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



classe trabalhadora a fim de que a ideologia dominante da sociedade seja a ideologia da burguesia.

Tais condições estão expressas em várias formas, seja pela providência de infraestrutura, por meios de transporte, de comunicação, mercado, sistema monetário, no trabalho intelectual que sempre esteve presente no capitalismo, mas que, como diz Mandel (1985), exigiu particularidades próprias da transição histórica do imperialismo, como a ampliação do orçamento do Estado, para financiamento dos meios de produção e/ou fornecimento de matéria-prima a baixo custo.

O capital estatal funciona como escora do capital privado influenciando, também, a direção política da classe trabalhadora cooptando-a devido a importância de sua “função integradora” (MANDEL, 1985).

Todavia, o Estado não age de maneira abrupta sobre os dilemas inerentes à contradição das classes sociais, é por meio das políticas sociais que ele cumpre sua função precípua econômica e social. São na era dos monopólios que se gestam as políticas sociais como funções políticas pacificadoras das tensões sociais. Para tal, uma das características é a ampliação da legislação social que trata de uma concessão à luta de classe e corresponde aos interesses gerais da reprodução ampliada do capital (MANDEL, 1985).

Comum ao sistema vigente estão as suas crises e estas impactam diretamente as relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas de uma determinada sociedade. E investigar o fenômeno das crises foi o intuito de Marx, em O Capital, mas para se fazer uma referência contundente ele percorreu temas anteriores que variam do conceito de capital, de terra, de trabalho, de Estado e de comércio exterior e pode deixar de legado, a complexidade deste fenômeno dinâmico.

Ao expor sua apreensão sobre o movimento do real acerca da Lei da queda tendencial da taxa de lucros, fundamenta claramente o porquê o modo de produção capitalista ao se reproduzir gerar crises de superprodução, pois, o sentido real do Capital é a busca pela realização do lucro.

Os traços gerais da Lei se referem ao:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Fenômeno decorrente da natureza da produção capitalista: aumentando a produtividade do trabalho, diminui o preço de cada mercadoria ou de dada quantidade de mercadoria, multiplica-se o número das mercadorias, reduzem-se a massa de lucro por mercadoria isolada e a taxa de lucro relativa à totalidade das mercadorias, mas aumenta a massa de lucro correspondente (MARX, 2019, p. 302-303).

O lucro só se realiza a partir da venda de mercadorias, para quem não detém dos meios de produção resta a força de trabalho como venda, sendo assim, tem-se no trabalho assalariado a consequente extração de valor do capitalismo. Essa mercadoria precisa ser transferida para outrem que a utilize como valor-de-uso, por meio de troca (MARX, 2019). Para que esse capitalista obtenha lucro, é necessário reduzir o preço de sua mercadoria a partir da redução do trabalho socialmente necessário para essa produção. Entretanto, a enxurrada de mercadoria, atrelada ao aumento da produtividade e o baixo consumo instaurara a crise de superprodução.

Ora, pois, grande parte da humanidade, possuidora apenas de sua força de trabalho para sobreviver, impedida de trabalhar com o desenvolvimento das forças produtivas, automaticamente, é impedida de consumir mercadorias e de completar o ciclo da mais-valia, pois estão à margem desse processo. Neste sentido, a crise capitalista além de gerar crise de superprodução, provoca o desemprego.

Essas crises, para Harvey (2011), deram início ao processo de reorganização produtiva em escala global, em que a desvalorização da força de trabalho é resposta instintiva à queda de lucros. Em O Enigma do Capital, Harvey esmiúça que a confusão das crises do capital foi mais um motivo para instauração do neoliberalismo, que por trás de seu mascaramento de liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização e do livre-comércio deram-se espaço para legitimação de políticas draconianas de restauração e consolidação do poder capitalista.

O plano gnosiológico do capital tenta comprovar que a autossuficiência é a resposta para os problemas emergentes e pontuais da humanidade, que depende de cada indivíduo pauperizado sair da situação de pobreza. Este modo de ver o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



enfrentamento das mazelas sociais é fruto do modo como a reestruturação produtiva reconfigura, inclusive, a divisão internacional do trabalho. Esta, por sua vez, demonstra a concentração das atividades produtivas nos países dependentes e as atividades mais vinculadas ao trabalho improdutivo nos países centrais (ANTUNES, 2015).

No Brasil, por exemplo, as mudanças no mundo do trabalho carregam uma herança dual histórica que perpassa exploração, violência, escravidão, desemprego, informalidade e formação intelectual débil. A isto, vinculam-se ideologias em defesa do trabalho autônomo, como saída para o trabalho precarizado, diminuindo a identidade de classe, a organização da classe trabalhadora subdividindo as relações de trabalho (contrato, subcontrato, terceirizados, etc). Essas conexões são inseparáveis do desenvolvimento capitalista e de seus desdobramentos para o Estado, bem como para as políticas sociais.

É nessa reconfiguração dos mecanismos de regularização da força de trabalho que no plano gnosiológico acontece a desconstrução ontológica do trabalho convertendo-o em diversas questões tidas de maneira quase que dicotômica entre o trabalho e meio ambiente; trabalho e precarização; trabalho e emprego; trabalho e qualificação/desqualificação, entre outros. Essa dualidade do trabalho produtivo x trabalho improdutivo permite compreender que o controle do trabalho científico, pelo capital central, impõe um processo de recolonização no capitalismo dependente relegando, a este, um tipo de produção com autonomia relativa.

Se a América Latina, no processo de colonização forneceu condições materiais para o desenvolvimento das forças produtivas, na Revolução Industrial ela fornece matéria-prima em forma de *commodities* na façanha de construir um novo trabalhador. Essa reconfiguração no mundo do trabalho provoca mudanças também nos aspectos ideológico e político da classe trabalhadora. Junto da informalidade surgem as ideologias vinculadas ao trabalho autônomo, ao empreendedorismo como meio de saída do trabalho precarizado (ANTUNES, 2010).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Recai sobre a classe trabalhadora uma educação utilitária ao capital, ainda dentro dos moldes do taylorismo-fordismo, com finalidade à “pragmática da especialização adaptada” em que se molda uma formação técnica voltada para qualificação do trabalho e no limiar do “aprender a pensar” com o intuito de promover a obediência (ANTUNES; PINTO, 2017).

É por isso, que as condições históricas que dão origem à crise do capitalismo são capazes de condenar pessoas comuns à mais absoluta miséria reduzindo as políticas públicas ao enfoque economicista, a um fator de produção. Reduções estas ganham novas roupagens e convencem que o “novo”, nas palavras de Gaudêncio Frigotto (2010), é uma armadilha que encobre o *status quo* num contexto de profundas mudanças vividas na sociedade de classes.

3 AS ALTERAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO

As crises mais recentes, desde 1970, que abrangeram o sistema capitalista se expressam pelo fato de a produção se desenvolver em escala de enorme magnitude ao ponto de as condições de apropriação da classe trabalhadora não serem suficientes para acompanhar o tamanho do desenvolvimento ocorrendo a queda da taxa de lucro. Com isso, os países periféricos acabam sofrendo em medidas distintas dos países centrais, pois, os efeitos causados afetam diretamente a exploração da mão-de-obra do trabalhador. Atrelada à exploração está um Estado forte que mantém a influência política corroborando com intensificação dessa exploração tornando a força de trabalho cada vez mais barata e precarizada.

Este período é, também, marcado pela inovação tecnológica que penetra os mais variados espaços sócio-ocupacionais influenciando as relações de trabalho. Nas fábricas, por exemplo, conforme Antunes & Pinto (2017), diversos experimentos foram realizados com a classe trabalhadora trazendo mais exploração, rotatividade, subcontratação e informalidade. O processo de acumulação flexível mudou o modo de vida política, ideológica e cultural da sociedade, exige-se um novo perfil ao trabalhador, agora polivalente e as áreas antes pouco vistas pelo capitalismo, como

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



a educação, passam a ter um valor central ocupando papel importante nas economias.

A educação, para Frigotto (2010), torna-se campo social de disputa hegemônica com perspectiva de articular tanto nos processos educativos, quanto nas esferas da vida social. No âmbito mais amplo, há a apreensão da função social dos processos educativos, no plano mais específico tratam das relações entre a estrutura econômico-social, processo de produção, variações tecnológicas, divisão social, sexual e técnica do trabalho, reprodução da força de trabalho e formação humana.

Na perspectiva da classe dominante, a educação tem como finalidade habilitar os diversos grupos sociais à técnica social e ideológica buscando conhecimentos e habilidades que permitam melhor apreensão da realidade para o trabalho fazendo valer as ordens do capital. Aqui, expressa da maneira mais cruel as sutilezas de se compreender a realidade na sua imediatez como sendo a própria realidade concreta. Isso faz com que compreendamos o papel social da educação marcado por concepções antagônicas.

As ações do processo educacional no bloco do poder neoliberal foram divididas entre ações de resgate da dívida social e ações voltadas para o aumento da competitividade da produtividade nacional apontando para uma redefinição de responsabilidades das políticas educacionais (NEVES, 2000). O Brasil ao afirmar a agenda neoliberal, principalmente na década de 1990, passa a acenar a proposta da diminuição do Estado e da flexibilização do mercado cada vez menos vinculado à sua burocratização.

A desregulamentação e o enxugamento da máquina pública estavam como mantra no auge do liberalismo no Brasil e pra isso era necessário, segundo Cóssio et. al. (2018), que o setor público adotasse uma política organizacional de gestão conforme as grandes corporações da iniciativa privada inserindo práticas que buscassem eficiência, edicácia, competitividade, com menos atenção às questões sociais e mais visibilidade à meritocracia.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

As políticas públicas, nessa dinâmica, são induzidas pelo Estado para atender às demandas de reestruturação do capital. Desde 1990 que a Política de Educação vem se articulando ao processo de reforma do Estado Nacional. Como paradigma reformista o Estado é influenciado tanto pela globalização financeira quanto pelo financiamento do setor público contribuindo para a adaptação do estado aos ditames do capitalismo, possibilitando a implementação de reformas que coadunam com a defesa de um Estado-mínimo.

O que era visto como necessário de reformar na educação nacional pautava-se na lógica do currículo por competências para a formação humana, assim o Ensino Médio era visto, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e Parâmetros Curriculares Nacional para o Ensino Médio (PCNEM), como meio para o reconhecimento do sujeito com base em seus resultados de sucesso ou fracasso e a escola como instância privilegiada para atender às demandas da formação para mercado de trabalho (SILVA, 2012).

As formas de dar sequência a estrutura mercadológica, no âmbito das competências, estão, também, no seu modelo de avaliação. O Exame Nacional do ensino Médio (ENEM), insituído pela Portaria n. 438, de 28 de maio de 1998, tem como meio de sondagem do perfil do estudante brasileiro a conferência do boletim de resultados – a nível individual e global – assim como a posição relativa dos egressos em relação ao total dos participantes (SILVA; JAKIMIUI, 2016) e possíveis/futuros concorrentes ao ensino superior.

A tônica desse reformismo perpassou a lógica de avaliação de desempenhos, pois a “ganância” do empresariado estava na entrada dos novos trabalhadores ao mundo do trabalho. À época de institucionalização do ENEM, a diretora do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP, Maria Helena Guimarães Castro, afirmava que o domínio da Língua Portuguesa, de noções básicas de matemática, do desenvolvimento de técnicas de redação e capacidade de trabalhar em equipe para adaptação a novas situações eram os pré-requisitos essenciais esperados por

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

empresários e que só a Educação Básica poderia assegurar tais competências (SILVA; JAKIMIUI, 2016).

Em 2000, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) é implantando tendo como aporte financeiro o Governo Nacional e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), com o intuito de reforma educacional a expansão do Ensino Médio pelo país, o que, em contrapartida, possibilitou o ajustamento da faixa etária da distorção idade/série embora não tenha conseguido ampliar sua cobertura, tampouco sua melhoria na qualidade do ensino (MELO e DUARTE, 2011).

Só em 2004, com o Decreto nº 5.154, que tentativas de mudanças no Ensino Médio passam a ter outra visibilidade. Com este decreto, a oferta da Educação Profissional tem novas regras para sua oferta com o Ensino Médio Integrado e as Orientações Curriculares - apesar das discussões estarem voltadas para a construção de um Ensino Médio voltado à formação humana a criação Secretaria de Educação Básica (SEB) e o Departamento de Políticas de Ensino Médio acabou fragmentando a organização do Ensino Médio e da Educação Profissional -. Porém, apenas em 2006 que se efetivou uma revisão para os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio com o Programa Currículo em Movimento, criado a fim de dar um contorno acerca de uma base curricular nacional (SILVA; JAKIMIUI, 2016).

O Ministério da Educação juntamente com o Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos cria o documento chamando de Ensino Médio Nacional que, junto com o “Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil”, de 2008, são base para a criação, em 2009, do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) que tem propostas do Ensino Médio integrado sem se restringir à educação integrada profissional. O ProEMI foi considerado como a principal ação para o Ensino Médio tendo, em 2011, sofrido algumas alterações colocando como critérios para a participação das escolas os macrocampos de “Acompanhamento Pedagógico e Iniciação Científica” como obrigatórios (IDEM).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Neste mesmo período, em decorrência dos debates que se iniciaram no âmbito do Programa Currículo em Movimento foram aprovadas as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (parecer CNE/CEB n. 7/2010 e resolução CNE/CEB n. 4/2010) e, em maio de 2011, o parecer estabelecendo novas diretrizes curriculares especificamente para o Ensino Médio que começam a dar vasão à formação humana integral e propõem as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia.

Em 2013 o ProEMI, através da Resolução CD/FNDE n. 31, orienta acerca dos recursos financeiros do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) com critérios além da quantidade de alunos a ampliação do tempo de permanência nas escolas (entre 5 e 7 horas). Tal organicidade de ações se constitui como um dos principais indutores de modificações curriculares no Ensino Médio (SILVA; JAKIMIU, 2016).

As tentativas do Estado em dar respostas ao setor empresarial, na formulação curricular centrada em competências, tem relegado aos anos finais da Educação Básica, mais de vinte anos depois, as mesmas exigências de vinculação da formação humana à imediata inserção ao fazer profissional.

Em 2016, ao assumir a presidência após o golpe parlamentar que culminou no impeachment da Dilma Rousseff, Michel Temer com o slogan de “ordem e progresso” utiliza-se do argumento de reorganizar o país e retomar o crescimento econômico. Para a educação, por exemplo, o MEC (re)apresenta uma reforma do Ensino Médio sob a justificativa da flexibilidade do processo formativo e da necessidade de ampliação do tempo do aluno na escola.

A concepção de educação, em questão, está na padronização de um currículo voltado para a matemática e a língua portuguesa focados unicamente em resultados com padrão mínimo de financiamento. “O currículo escolar, nessa perspectiva, não é uma escolha de cada comunidade local, mas um padrão global sobre o que é necessário (e legítimo) ensinar/aprender” (FERREIRA, 2017, p. 303).

As problematizações sobre o Ensino Médio são oportunas, a Lei nº 13.415/2017, por exemplo, trata-se de uma política que altera sistematicamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e o Fundo de Manutenção

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), além de instituir a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Nível Médio em Tempo Integral. O Novo Ensino Médio passa a considerar o protagonismo estudantil e de seu projeto de vida, a valorização da aprendizagem por meio da ampliação da carga horária e a definição do que é essencial nos currículos a partir da BNCC (CÓSSIO, et. al. 2020).

Inicialmente, houve a proposta da retirada de disciplinas da área de Ciências Humanas do currículo, contudo, após vários movimentos contrários à medida, o Ministério da Educação mudou um dos artigos através de Medida Provisória para manter as disciplinas de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia como obrigatórias até a definição da BNCC em 2017. Em sua estrutura curricular, o Novo Ensino Médio propõe a formação distribuídas em 5 grandes áreas: Linguagens (Português, Inglês, Artes e Educação Física), Matemática, Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), Ciências Humanas e Sociais (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) e Formação Técnica e Profissional.

O que se sabe é que embora o percurso formativo seja da escolha do estudante ele não terá concretude haja vista a falta de estrutura física e pessoal nas escolas que atendam aos desejos dos alunos. Além disso, o financiamento desta política é questionável, pois consideram-se as restrições orçamentárias para dotar de estrutura nas escolas para o turno integral, de materiais e condições necessárias para materialidade da reforma curricular.

É possível, ainda, que sejam criadas ferramentas para a iniciativa privada no âmbito do conhecimento científico, principalmente, com os itinerários formativos, sobretudo, nas áreas da formação técnica e profissional, inclusive na oferta de cursos a distância. Como não bastasse, a legislação permite profissionais com notório saber para ministrarem conteúdos afins à sua formação e experiência mesmo sem habilitação necessária para tal.

Segundo Motta e Frigotto (2017), essa urgência em reformar o ensino médio tem um porquê, mas as justificativas postas pelo Ministério da Educação de

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



investimento em capital humano, modernização curricular e melhorias no desempenho escolar ainda não são suficientes, pois orçamento da educação (cortes) e os repasses de recursos públicos para o setor privado favoreceram a aligeiramento dos cursos com baixo valor tecnológico indo de encontro à ideologia do capital humano. Assim como, a modernização do currículo sobrecarrega disciplinas de baixa necessidade e provoca o desinteresse do aluno ocasionando evasão.

4 CONCLUSÃO

Compreende-se, portanto, que a acumulação flexível tem seu papel importante nas relações entre Estado, capital e trabalho principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de padrões de regulação das políticas públicas. Para a educação, esses padrões apontam em direções crescentes de privatização e fragmentação das ações governamentais de substituição de políticas públicas com a criação de mecanismos para o repasse de recursos públicos para iniciativas privadas (KUENZER, 2007).

Seus reflexos, no cenário de globalização neoliberal, recaem sobre o gerencialismo e governança como protagonistas da modernização do estado, em que para as mudanças nas políticas educacionais no Brasil, as concepções de ensino e currículo são reorientadas pelas perspectivas do tecnicismo recuperando a lógica das competências em conteúdos mínimos deslocando o fundamental, o direito à educação. Até aqui, o que foi posto reverbera a dualidade entre o que se é possível aprender com o que é necessário e, para isso, o currículo, o trabalho docente e a aprendizagem para a vida são reduzidos.

As mudanças curriculares elencadas não são produtos apenas do processo de globalização, mas tem um produto histórico da propagação de valores da modernidade, como diz Dale (2004), em que a racionalidade científica, o individualismo e o progresso estão na cadeia dessa valorização. O currículo, por sua vez, ganha um papel secundário para a aprendizagem, mas um papel de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



protagonismo para se alcançar as metas meramente econômicas para o grande capital.

A Educação, agora por meio do Ensino Médio, tem sido convocada para papéis distintos e dúbios na manutenção da relação Estado e sociedade, tendo nos conteúdos do currículo a marca desta tensão (DALE, 2008, p. 16). Esses fatos reforçam a compreensão de como o novo do ensino médio é parte integrante de uma agenda globalmente estruturada da educação cuja finalidade é de sua redução intelectual às funções imediatas do capitalismo.

O que se espera do novo ensino médio, pelos órgãos ministeriais, é o alcance do “pleno desenvolvimento” e para isso o investimento em tecnologia e na formação da força de trabalho é suficiente, porém, conforme Motta e Frigotto (2017), essa possível “qualificação” contradiz a longa história do baixo investimento que se é dado à educação brasileira. Por isso, é necessário, justificar que o desenvolvimento dependente, subordinado aos mercados internacionais, é improcedente, pois esta é a marca visceral da constituição do capitalismo brasileiro.

Sendo assim, acreditamos que os expostos nos dispositivos legais, nos permitem compreender que as reformas educacionais coadunam com as necessárias alterações, mas desconsideram a agudização da lógica educacional ao alinharem suas demandas ao setor produtivo. Nossa crítica, até então, está na confluência de segmentos empresariais nas políticas educacionais favorecendo um currículo mínimo incapaz de atender a diversidade, embora, tente atender a produtividade para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 104, p. 632-636, Out./Dez., 2010.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio Sobre As Metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 16ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

_____; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

COSSIO, M. de F. [et. al]. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ANÁLISE DE CONTEXTO**. In: BAIROS, Mariângela Silveira; MARCHAND, Patrícia (org.) **Ensino Médio**: desafios e contradições. Porto Alegre: Cirkula, 2020. P. 99-121.

DALE, R. **A globalização e o desenho do terreno curricular**. Espaço do currículo, v. 1, n. 1, p. 12-33, mar./set. 2008.

FERREIRA, E. B. **A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA NOVA ORDEM E PROGRESSO**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.293-308, abr.-jun., 2017.

FRIGOTTO, G. **A educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. 1917.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MELO, Savana D. G.; DUARTE, Adriana. Políticas para o Ensino médio no Brasil: Perspectivas para a universalização. Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 231-251, maio-ago. 2011.

MOTTA, V. C. da.; FRIGOTTO, G. **POR QUE A URGÊNCIA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO?** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017.

NEVES, Lúcia M. W. **Brasil 2000** - uma nova divisão de trabalho na educação. São Paulo: Xamã, 2000.

SILVA, M. R.; JAKIMIUI, V. C. de L.O Ensino Médio como um campo de disputas: as políticas, seus formuladores e proposições após a LDB de 1996. In: SILVA, Monica Ribeiro da.(org). **O Ensino Médio**: suas políticas, suas práticas: estudos a partir do Programa Ensino Medio Inovador. Curitiba: UFPR/ Setor de Educação, 2016. P. 9-30.

SILVA. Mônica R. **Currículo e Competências**: a Formação Administrada. São Paulo: Cortez, 2012.

PROMOÇÃO



APOIO